



Departamento Nacional de Produção Mineral

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

Setor de Autarquia Norte - SAUN Quadra 01 Bloco B Sala 313-B, Edifício DNPM SEDE - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70041-903

Telefone: (61) 3312-6825 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.dnpm.gov.br>

MINUTA DE CONTRATO Nº 0269040/2018

PROCESSO Nº 48400.700661/2018-90

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL, QUE CELEBRAM ENTRE SI A DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL E A [DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA].

O **DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.381.056/0001-33, com sede na cidade de Brasília – Distrito Federal, sito a SAN quadra 01 bloco "B", Asa Norte – Brasília/DF – **CEP nº. 70.041-903**, neste ato representado, pelo seu Diretor-Geral, o Senhor **VICTOR HUGO FRONER BICÇA** Geólogo, portador da carteira de identidade nº. 49.767.330, expedida pela SSP/SC e CPF nº. 262.571.900-10, nomeado por intermédio do Decreto da Presidência da República, de 29 de junho de 2016, 195º da Independência e 128º da República, publicado no D.O.U. de 30 de junho de 2016, doravante denominado **DNPM**, e de outro lado a Empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **xx.xxx.xxx/xxxx-xx**, estabelecida à [endereço completo da empresa], doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor(a) **XXXXXXXX**, [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº **xxxxxxx-sigla/uf** e do CPF nº **xxx.xxx.xxx-xx**, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, pela legislação correlata e pelo Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº ____/____ (Processo nº 48400.700661/2018-90).

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), a ser executado de forma contínua, conforme as especificações e condições constantes no Termo de Referência, anexo I do Edital.

2. **CLAUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE FORNECIMENTO**

2.1. O presente Contrato tem como forma de execução a "Execução Indireta e Contínua", sob o regime de empreitada por preço unitário, do **tipo menor preço**, em conformidade com o estabelecido no art. 10 da Lei nº 8.666/93.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

3.1. Os serviços serão prestados em Brasília-DF, Setor de Autarquias Norte, Quadra 01, Bloco "B", Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70041-903, de acordo com as necessidade do **DNPM**.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1. Pela execução do objeto de que trata a Cláusula Primeira deste Instrumento, o **DNPM**

pagará a **CONTRATADA** o valor global de R\$_____(_____).

4.2. **Subcláusula Primeira.** Os pagamentos serão efetuados mensalmente, exclusivamente por meio de ordem bancária, para crédito na Conta Corrente nº _____, Agência nº _____ do Banco _____, em até 20 (vinte) dias, contados do aceite da documentação apresentada, de acordo com o disposto no art. 40, inciso XIV, § 3º da Lei nº 8.666/93.

4.3. **Subcláusula Segunda.** As Notas fiscais/Faturas deverão ser incluídas, por meio do **Peticionamento Eletrônico**, mediante Cadastramento do Usuário, no Sistema SEI, com todos os documentos exigidos no contrato, conforme orientação para o cadastramento do usuário externo, por meio do link: [Manual do usuário externo](#).

4.4. **Subcláusula Terceira.** Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e o prazo de pagamento reiniciado, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma. As parcela incontroversas serão pagas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, caso haja possibilidade operacional.

4.5. **Subcláusula Quarta.** As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela própria **CONTRATADA**, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato.

4.6. **Subcláusula Quinta.** Qualquer erro ou omissão verificado na documentação fiscal será motivo de correção por parte da **CONTRATADA** e haverá, e m decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado, excetuados os valores incontroversos que serão pagos em até 5 (cinco) dias úteis, mediante apresentação da fatura respectiva.

4.7. **Subcláusula Sexta.** Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de Nota Fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços.

4.8. **Subcláusula Sétima.** Serão retidos na fonte, caso seja pertinente, os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto do Contrato.

4.9. **Subcláusula Oitava.** Será verificada, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da empresa contratada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser juntados aos processo de pagamento.

4.10. **Subcláusula Nona.** Constatada a situação de irregularidade no SICAF ou CADIN, a **CONTRATADA** será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo **DNPM**.

4.11. **Subcláusula Dez** Encontrando-se a **CONTRATADA** inadimplente na data da consulta junto ao **SICAF**, poderá ser concedido, a critério do **DNPM**, o prazo de 10 (dez) dias para que a mesma regularize sua situação, sob pena de não o fazendo ensejar aplicação de penalidade.

4.12. **Subcláusula Onze.** Os reajustes solicitados poderão ser concedidos no caso dos preços permanecerem vantajosos para a administração.

4.13. **Subcláusula Doze.** O reajuste caso seja procedente e autorizado, será concedido a partir da data do pedido formal ao **DNPM**.

4.14. **Subcláusula Treze.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura, podendo, no interesse do **DNPM**, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que haja condições e preços vantajosos para a Administração Pública, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com o estipulado no art. 57, inciso II e § 4º da Lei nº. 8.666/93.

5.2. **Subcláusula Única.** A **CONTRATADA** deverá iniciar a prestação dos serviços imediatamente após a assinatura do contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados ao DNPM no Orçamento Geral da União para o exercício de 2018, a cargo do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, com:

6.1.1. **Exercício – 2018**

6.1.2. PT: **22.122.2119.2000.0001** - PTRES: **137385** – ADMINISTRAÇÃO DA SEDE

6.1.3. DESPESA: **339039.58** – Serviços de telecomunicações.

6.1.4. **Subcláusula Única.** Os créditos devidos à **CONTRATADA** ficam garantidos à conta da dotação orçamentária para atender às despesas inerentes a este Contrato, com a emissão da Nota de Empenho nº 2018NE_____, conforme previsto no art. 58 da Lei nº. 4.320/64.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A **CONTRATADA**, de acordo com o disposto no art. 56 da Lei nº 8.666/93, apresentará a o **DNPM** garantia para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, no montante correspondente a 3% (três por cento) do valor total do Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do ato de assinatura do Contrato, em uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b) Seguro Garantia;

c) Fiança bancária.

7.2. **Subcláusula Primeira.** Na hipótese da utilização da garantia pelo **DNPM**, em função de quaisquer penalidades aplicadas, a **CONTRATADA** deverá fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for notificada.

7.3. **Subcláusula Segunda.** A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será liberada ou restituída após o cumprimento integral das obrigações por esta assumida.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA MAJORAÇÃO DOS PREÇOS

8.1. **Subcláusula Primeira.** Os preços propostos serão majorados automaticamente, tomando por base o índice IST (Índice de Serviços de Telecomunicações) ou outro índice que venha a substituí-lo no caso de extinção, observados os preços praticados no mercado.

8.2. **Subcláusula Segunda.** A majoração poderá ser aplicada com periodicidade inferior a 01 (um) ano, se assim vier a ser autorizada de acordo com o § 5º, do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de

junho de 1995. De maneira análoga, caso o órgão regulador (ANATEL) venha a determinar redução de tarifas, essas serão estendidas à **CONTRATADA**.

8.3. **Subcláusula Terceira.** Na hipótese da majoração das tarifas, a **CONTRATADA** passará a pagar os novos valores a partir da data de sua vigência, independente da assinatura de instrumento de re-ratificação ou aditivo.

8.4. **Subcláusula Quarta.** Na hipótese de incidência de majoração a **CONTRATADA** deverá informar ao **DNPM** no prazo máximo de 10 dias contados da incidência do aumento, com objetivo de que seja realizado o apostilamento e emissão de empenho que garanta a despesa.

9. **CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE**

9.1. O preço consignado no Contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela **variação do IST** (Índice de Serviços de Telecomunicação) ou outro índice que venha a substituí-lo, no caso de extinção, observado os preços praticados no mercado.

9.2. **Subcláusula Única.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A **CONTRATADA** deverá cumprir todas as obrigações elencadas no **Termo e Referência**, e também se obriga a:

10.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, executando-os de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste Instrumento, em seu Termo de Referência, e na proposta dirigida ao **DNPM**;

10.1.2. Iniciar, a partir da data da assinatura do Contrato, a execução dos serviços pactuados e informar em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir suas atividades conforme estabelecido;

10.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os art. 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o DNPM autorizado a descontar dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.1.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, para atender sempre e regularmente, todas as exigências legais pertinentes como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;

10.1.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.1.7. Apresentar ao **DNPM**, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução dos serviços;

10.1.8. Indicar preposto qualificado, que será apresentado para aceite do **DNPM**;

10.1.9. O preposto será responsável pelos serviços com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos;

10.1.10. O preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que

sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

10.1.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

10.1.12. Responsabiliza-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao **DNPM**;

10.1.13. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades que não correspondam as descritas no Contrato, devendo a **CONTRATADA** relatar ao **DNPM** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.1.14. Relatar ao **DNPM** toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto como menor aprendiz para maior de quatorze anos, nem permitir trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.16. Manter, durante a vigência deste Contrato, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), exigidas na licitação;

10.1.17. Guarda sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou municipal, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela regulamentação da ANATEL;

10.1.19. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho de alguma atividade pertinente ao objeto do Contrato ou em conexão ou contingência, na forma como a expressão é considerada nos art. 30 e 60 do Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61.784/1987;

10.1.20. Não transferir a outrem os serviços ora contratados, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Administração do **DNPM**;

10.1.21. Não veicular publicidade acerca da contratação, salvo prévia autorização do **DNPM**;

10.1.22. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do **DNPM**, não eximirá a **CONTRATADA** de total responsabilidade pela má execução dos serviços objeto do Contrato;

10.1.23. Adotar as medidas requeridas, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido neste instrumento, após o recebimento da autorização para início da prestação do Serviço Telefônico;

10.1.24. Responsabilizar-se pelas despesas com todos os encargos e obrigações sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto do procedimento licitação, bem como por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas as suas empregadas, quando em serviço;

10.1.25. A **CONTRATADA** reconhece que seus empregados não terão nenhum vínculo empregatício com o **DNPM**;

10.1.26. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;

10.1.27. O Contrato será assinado, eletronicamente e em momento oportuno a **CONTRATADA** se

compromete à se cadastrar no Sistema SEI para realização de assinatura.

10.1.28. Para a empresa obter o acesso ao Sistema SEI as empresas, deverá cadastrar o usuário pelo Link http://sei.dnpm.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0, e apresentar documentação que lhe autoriza a representar a empresa.

10.1.29. Cumprir todas as orientações da Administração do **DNPM**, supervisionar e orientar seus empregados, mantendo entendimentos com o **DNPM**, visando o fiel desempenho das atividades, observando sempre os critérios de qualidade a serem prestados;

10.1.30. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do **DNPM**, relativamente à prestação do Serviço Telefônico;

10.1.31. Proceder aos testes de sistemas envolvendo a central de trânsito da **CONTRATADA** e o equipamento do **DNPM**, em cada conexão **CONTRATADA/DNPM**;

10.1.32. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas, que porventura venham a ocorrer, serem sanadas em até 08 (oito) horas;

10.1.33. Corrigir no prazo máximo de até 08 (oito) horas, após notificação, qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados;

10.1.34. Fornecer, mensalmente, ou quando solicitado, o demonstrativo de utilização dos serviços, por linha ou tronco telefônico, conforme determinado pelo **DNPM**;

10.1.35. Respeitar o período de transição por ocasião de mudança de contratada em função de licitações e/ou rescisão contratual, a fim de que não ocorra interrupção dos serviços prestados.

10.1.36. A **CONTRATADA** deverá bloquear chamadas usando o prefixo de outra operadora, de chamadas destinadas aos serviços 030, 0500, 0900, 102 e de ligações a cobrar, sem qualquer ônus;

10.1.37. Cumprir as obrigações determinadas pelas Resoluções ANATEL nº 632/2014 - Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações; e nº 426/2005 - Regulamento do STFC;

10.1.38. Manter a prestação dos serviços, mesmo quando do eventual inadimplemento por parte do DNPM, nos casos em que sua interrupção afetar a prestação de serviços considerados essenciais (conforme art. 62, § 3º, II da Lei nº 8.666/93).

11. CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DO DNPM

11.1. O **DNPM** deverá cumprir todas as obrigações elencadas no **Termo e Referência**, e também se obriga a:

11.1.1. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias à boa execução do Contrato;

11.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços orientando e prestando os esclarecimentos que se fizerem necessários à **CONTRATADA**;

11.1.3. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste Contrato, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas;

11.1.4. Acompanhar a execução dos serviços, verificando se a rotina e a frequência estão sendo atendidas, conforme o Termo de Referência/Plano de Trabalho;

11.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nos prazos e condições indicadas neste instrumento;

11.1.6. Indicar, no prazo de 10 (dez) dias, seu representante, especialmente designado para

acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº. 8.666/93;

11.1.7. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo sua correção imediata, sob pena de suspensão do Contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e aceitos pelo **DNPM**;

11.1.8. Observar para que durante toda a vigência do Contrato seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo todos os documentos de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos relativos à execução dos serviços que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

11.1.10. Impedir que terceiros executem o objeto deste Contrato;

11.1.11. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços e quaisquer falhas ocorridas consideradas de natureza grave;

11.1.12. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** da ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.1.13. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** sobre a aplicação de penalidades, assegurada a prévia e ampla defesa por parte desta.

12. **CLÁUSULA ONZE – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

12.1. Em conformidade com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93 a rescisão do presente Contrato poderá ser:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações, observando o disposto no art. 109, inciso I, letra “e” da mesma Lei;

12.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração, mediante justificativa, nos termos da Lei;

12.1.3. Judicialmente, nos termos da lei.

12.2. **Subcláusula Primeira** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o **DNPM** adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

12.3. **Subcláusula Segunda.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente que, primará pelo resguardo do interesse público e da Administração.

13. **CLÁUSULA DOZE – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO**

13.1. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração, em casos de rescisão administrativa, prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

14. **CLÁUSULA TREZE – DA VINCULAÇÃO E DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES CONTRATO**

14.1. Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os documentos adiante enumerados e constantes do Processo nº 48400.700661/2018-90.

a) Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2018;

b) Termo de Referência e seus Anexos;

c) Proposta e demais documentos apresentados pela **CONTRATADA** conforme as especificações do Edital e do Termo de Referência.

15. CLÁUSULA QUATORZE - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FUNDAMENTAÇÃO

15.1. A contratação será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto 5.450/2005, Decreto nº 3.555/2000, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto nº 6.204/2007, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, consubstanciado pelo Parecer da Procuradoria Jurídica/PROGE nº ____/2018, de __de____de 2018, e em conformidade com a documentação constante do Processo nº 48400.700661/2018-90.

16. CLÁUSULA QUINZE - DA OBRIGAÇÃO DE MANTER AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

16.1. A **CONTRATADA** está obrigada a manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17. CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A **CONTRATADA** fica sujeita às sanções administrativas relacionadas à execução do Contrato, são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

17.2. **Subcláusula Única.** As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração descontar o seu valor da Nota Fiscal ou Documento de Cobrança, independente de notificação, por ocasião de seu pagamento, ou cobrá-las judicialmente, segundo da Lei nº. 6.830/80, com os encargos correspondentes.

18. CLÁUSULA DEZESSETE – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93 o **DNPM** designará, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, um representante que adotará as orientações do Art. 31 e seguintes da IN 05/2017 SLTI/MP e o Termo de Referência, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

18.2. As decisões e providências, que ultrapassarem a competência do representante do **DNPM**, deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

18.3. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive quanto aos danos causados ao **DNPM** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, ou por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, de conformidade com art. 70 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

18.4. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **DNPM**.

19. CLÁUSULA DEZOITO – ANTISUBORNO E ANTICORRUPÇÃO

19.1. As Partes declaram e garantem que não violaram nem violarão quaisquer leis ou regulamentos relativos ao seu negócio e a este Contrato, incluindo, mas não se limitando a leis e regulamentos relativos à anticorrupção, suborno, extorsão, propina (coletivamente as "Leis Anticorrupção"), ou questões similares que sejam aplicáveis às suas atividades comerciais em conexão com este Contrato, e que não aceitarão nenhuma ação que farão com que violem quaisquer uma dessas leis. Especificamente e sem limitação de nenhuma forma, as partes declaram e garantem que não fizeram, nem farão oferta, pagamento, transferência, ou promessa a qualquer pessoa que tenha o propósito ou efeito de suborno, aceitação ou consentimento de extorsão, "propinas" ou outros meios impróprios ou ilegais de obter ou reter negócios em relação a este Contrato e as obrigações aqui estabelecidas.

19.2. As Partes reconhecem que estão sujeitas a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e concordam em agir de tal maneira a permitir que cada um cumpra esta lei em conexão com as obrigações assumidas neste Contrato.

19.3. A não observância das disposições desta Cláusula dará às Partes o direito de imediatamente rescindir este Contrato, bem como a ser indenizada pelas demais por todos e quaisquer custos, multas e/ou penalidades que venha a comprovadamente incorrer como consequência de tais ações e/ou omissões.

20. CLÁUSULA DEZENOVE - DAS RESPONSABILIDADES E REPARAÇÃO DE DANOS

20.1. A **CONTRATADA** assume a responsabilidade por todos serviços executados deste Contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

21. CLÁUSULA VINTE - DOS CASOS OMISSOS

21.1. Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Contrato, os chamados casos omissos, serão resolvidos entre as partes, respeitando o objeto do Contrato, suas Cláusulas, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

22. CLÁUSULA VINTE E UM – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

22.1. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o caso, observando-se o estabelecido no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

23. CLÁUSULA VINTE E DOIS - DA PUBLICAÇÃO

23.1. O **DNPM** providenciará a publicação deste instrumento de Contrato por extrato no Diário Oficial da União, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, conforme determina o art. 61, parágrafo único da Lei nº. 8.666/93.

24. CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DO FORO

24.1. Fica eleito pelas partes, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília, para processar e julgar as questões decorrentes da execução do presente instrumento.

24.2. E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado eletronicamente pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lúcia dos Santos, Chefe de Divisão**, em 17/04/2018, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.anm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0269040** e o código CRC **1C538ADD**.